



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 204, DE 2007

(nº 841, de 2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Os méritos do Senhor José Artur Denot Medeiros que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de novembro de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobreposta à data.

Brasília, 9 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS**

CPF.: 38040417791

ID.: 351/MRE

23/09/1943	Filho de José Medeiros e Elza Denot Medeiros, nasce em 23 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ
18/03/1963	CPCD - IRBr
01/02/1965	Terceiro Secretário em 1º de fevereiro
01/06/1965	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro
01/06/1967	Secretaria-Geral para Assuntos Econômicos, assistente
03/11/1967	Segundo Secretário, por antiguidade, em 3 de novembro
01/12/1967	Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal
01/01/1969	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo Secretário

01/01/1973	Primeiro Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
02/01/1973	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
01/01/1977	Divisão de Política Comercial, assistente
01/06/1977	Departamento Econômico, assessor
12/06/1978	Conselheiro, por merecimento, em 12 de junho
01/01/1979	Divisão de Política Comercial, Chefe
01/06/1979	III Conferência Geral da UNIDO, Havana, Chefe da delegação
15/06/1982	CAE - IRBR. O diálogo Norte-Sul
16/06/1982	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
01/06/1983	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
01/06/1987	Ordem do Mérito Militar, Brasil
02/06/1987	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
01/06/1988	Ordem do Mérito Naval, Brasil
01/01/1989	Embaixada em Paramaribo, Embaixador
01/01/1990	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Comércio Exterior, Chefe
01/06/1991	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, Diretor
18/06/1991	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de junho
01/01/1992	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
01/01/1994	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Subsecretário-Geral
01/01/1995	Representação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Embaixador
01/02/2002	Embaixada em Berlim, Embaixador
15/10/2005	Representante Especial para Desarmamento e Não-Proliferação


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**INFORMAÇÃO SOBRE
O REINO DOS PAÍSES BAIXOS**

Outubro de 2007

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: Reino dos Países Baixos.

Capital: Amsterdã (sedê do Governo na cidade da Haia).

Área: 41.526 km².

População: 16.570.613 habitantes (est. julho 2007).

Sistema político: Monarquia Constitucional.

Data nacional: 30 de abril, Dia da Rainha. Comemora-se o aniversário da Rainha-mãe Juliana e a ascensão ao trono de sua filha mais velha Beatrix (1909 e 1980, respectivamente).

Constituição: Constituição de 1815, com a última emenda em 2002.

Línguas: neerlandês, idioma oficial; inglês, primeira língua estrangeira; frísio, língua regional.

Religiões: Católicos romanos 31%, protestantes holandeses 13%, calvinistas 7%, muçulmanos 5,5%, outros 2,5%, sem religião 41%.

Sistema Político

Os Países Baixos são uma monarquia parlamentar bicameral - na qual o Monarca exerce papel de importância política e o Primeiro-Ministro oficia como *primus inter pares* no Gabinete -, baseada na competição entre partidos políticos.

No centro do sistema político do País encontra-se o Parlamento, ou Estados-Gerais, incumbido da revisão e aprovação dos atos da Coroa. O Poder Judiciário é exercido, de forma independente, pelas cortes (no nível mais alto pela Suprema Corte).

Três partidos têm dominado o panorama político neerlandês desde o primeiro pós-Guerra: o Democrata-Cristão, o Trabalhista e o Liberal. Coexistem circunstancialmente com outros menores, também representados no Parlamento, que eventualmente participam de coligações governamentais lideradas pelas maiores agremiações.

O atual Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende, do Partido Democrata-Cristão (CDA), em seu quarto mandato sucessivo, com primeira posse em julho de 2002.

Principais Autoridades

Chefe de Estado: Rainha Beatrix (desde 30 de abril de 1980)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende (desde 22 de julho de 2002)

Ministro dos Assuntos Estrangeiros: Maxime Verhagen
Ministra da Agricultura, Natureza e Alimentação: Gerritje (Gerda) Verburg
Ministro da Defesa: Eimert van Middelkoop
Ministra dos Assuntos Econômicos: Maria van der Hoeven
Ministro da Educação, Cultura e Ciência: Ronald Plasterk
Ministro das Finanças: Wouter Bos
Ministro da Saúde, Bem-Estar Social e Esporte: Abraham (Ab) Klink
Ministro da Justiça: Ernst Hirsch Ballin
Ministra do Interior e das Relações do Reino: Ter Horst
Ministra do Meio Ambiente e Planejamento Espacial: Jacqueline Cramer
Ministra para Habitação, Comunidades e Integração: Ella Vogelaar
Ministro para Assuntos Sociais e Emprego: Piet Hein Donner
Ministro dos Transportes: Camiel Eurlings

Economia

Segundo dados divulgados pelo Escritório Central de Estatísticas dos Países Baixos, a economia holandesa apresentou crescimento de 2,9% em 2006. O resultado representa significativo aumento em relação a 2005, quando a economia cresceu cerca de 1,5%. Foram registrados os seguintes números em 2006:

- exportações: US\$ 413,8 bilhões (FOB): +7,5% (+5,5% em 2005);
- consumo privado: +2,4% (+0,7% em 2005);
- consumo do setor público: US\$ 306, 5 bilhões: +1,3% (+0,7% em 2005);
- investimentos: 19,3% do PIB: +6,1% (+3,6% em 2005);
- inflação: 1,1% (1,7% em 2005).

No tocante à geração de empregos, houve crescimento líquido de 1,4%, tendo sido criados aproximadamente 105.000 novos postos de trabalho. Houve aumento da produção industrial e redução da produção de energia.

No entanto, apesar do saldo positivo na criação de empregos e dos bons indicadores gerais da economia, o índice de desemprego alcançou 5% e os salários aumentaram em média 2%, sendo que há cinco anos os referidos índices eram de, respectivamente, 3,4% e 4,5%.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 613,3 bilhões (est. 2006)

PIB per capita: US\$ 32.100 (est. 2006)

Inflação: 1,4% (est. 2006)

Taxa de desemprego: 5,5% (est. 2006)

Principais produtos: máquinas e equipamentos, produtos químicos, combustíveis e produtos alimentícios.

Política externa

A posição geográfica e a forte vocação comercial, aliada à tradição liberal democrática que se acentuou a partir da II Guerra Mundial, servem de base para o perfil atuante que os Países Baixos, a despeito de seu território e de sua população (mas não de seu PNB), mantêm no cenário internacional.

Com efeito, situada no noroeste do continente, em posição comercial e politicamente estratégica entre a Grã-Bretanha, de um lado; os territórios que vieram a conformar a Alemanha, a leste; a França ao sul; tendo ao Norte os países escandinavos; a Holanda, desde os primórdios de sua vida independente, foi praça privilegiada para o comércio e as transações financeiras entre outras regiões e o coração da Europa. Apesar de ter sido relativamente breve o "Século de Ouro" (XVII), em que as Províncias Unidas foram potência marítima e comercial de primeira grandeza, essas circunstâncias nunca deixaram de constituir base fundamental da economia neerlandesa e da política internacional do país, com os ajustes naturais de adaptação às variáveis políticas e estratégicas da conjuntura mundial.

Os princípios professados pela política exterior neerlandesa situam o país como defensor de uma ordem internacional baseada na prevalência do direito internacional e das instituições multilaterais, na preservação da paz e da segurança, na promoção do livre-comércio e da inclusão dos países em desenvolvimento como beneficiários da globalização, na luta contra a pobreza, na afirmação da democracia e dos direitos humanos, com especial ênfase nos direitos da mulher, das crianças e das minorias, e na preservação do meio ambiente. A associação da promoção de valores com a conquista de mercados comerciais é encarada com naturalidade, pois corresponde a traços da identidade neerlandesa – a de missionário e comerciante.

A esta pauta de valores, de cuja defesa os Países Baixos merecidamente se orgulham, cabe agregar os eixos políticos e estratégicos nos quais a política exterior neerlandesa atua, em consequência de opções efetuadas em sua história recente, e que podem apresentar sinergias ou dicotomias com os valores antes mencionados. Refira-se, em primeiro lugar, à posição de membro ativo da OTAN e forte aliado dos EUA e do Reino Unido, opção política desenvolvida a partir da experiência traumática da II Guerra Mundial, da Guerra Fria, da perda da antiga colônia no território da atual Indonésia, e, sob uma perspectiva histórica mais distante, da necessidade de fazer face e resistir a possíveis interferências de vizinhos mais poderosos, como a Alemanha e a França. A convicção de que uma OTAN forte, estreitamente vinculada aos EUA, e atu-

ante é necessária para a segurança internacional e do próprio país, que se percebe como vulnerável às novas ameaças, em particular o terrorismo, levaram os Países Baixos a apoiar a intervenção no Iraque – embora sua presença militar tenha sido apenas circunscrita a tarefas apelidadas de "reconstrução", e a estar presente no Afeganistão, apesar da controvérsia política que tais decisões geraram internamente.

Cabe referir, em seguida, à importância para os Países Baixos do processo de integração europeia, de cujo núcleo inicial (Benelux, com Bélgica e Luxemburgo) fez parte e de cujo desenvolvimento econômico e comercial certamente continua a se beneficiar. Circunstâncias políticas e sociais mais recentes, aliadas à aceleração do processo de ampliação da União Europeia, contribuíram para a posição negativa adotada pelos eleitores neerlandeses no referendo sobre o Tratado constitucional europeu em 2005.

Avaliação do estado das relações bilaterais

A história do Brasil e dos Países Baixos se entrelaça há quase quatrocentos anos, desde a estada do Conde João Maurício de Nassau-Siegen no Nordeste brasileiro, no século XVII. A ocupação holandesa, embora de curta duração, foi uma experiência de colonização com características distintas e, principalmente pelas contribuições culturais e científicas que a notabilizaram, deixou um importante patrimônio comum, que ainda nutre uma parte dos vínculos entre os dois países.

No presente, as relações entre os dois países beneficiam-se de forte tradição de estabilidade, sem registro de diferendos significativos. Tanto no campo político quanto no econômico, esse relacionamento continua a se desenvolver com resultados vantajosos para ambas as partes.

A intensificação da agenda bilateral é refletida por visitas governamentais de alto nível. Em 1998, o então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, esteve oficialmente nos Países Baixos, para inaugurar o Núcleo de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden. Em 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou Visita de Estado. Da parte holandesa, o bom entendimento político foi reforçado pela Visita de Estado da Rainha Beatrix ao Brasil, em 2003, e pela visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot, no dia 16 de janeiro de 2007. Há convite para que o Presidente da República realize Visita de Estado aos Países Baixos em 2007.

O Brasil e os Países Baixos formam parceria natural. Os dois países fazem parte de importantes associações regionais – Mercosul e União Europeia – cuja aproximação desejam estimular. Além disso, ambos estão comprometidos com a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos, do meio ambiente, da educação, do desenvolvimento científico e tecnológico.

A Holanda tem longa tradição no exercício e defesa da democracia e do multilateralismo, comprovada pelas importantes organizações internacionais com sede na Haia, demonstrando especial sensibilidade para temas sociais. O

Brasil participa com grande intensidade das negociações sobre temas sociais e econômicos, enriquecendo o debate com a visão dos países em desenvolvimento e a defesa de projetos de ampla repercussão, como os programas internacionais de combate à fome, que podem beneficiar populações carentes de todo o planeta.

É importante e crescente a cooperação entre o Brasil e os Países Baixos em matéria de ciências da agricultura. A Embrapa mantém estreita relação de cooperação com a Universidade de Wageningen, onde mantém escritório de representação internacional.

É de particular importância o relacionamento mantido tradicionalmente com o Setor de Estudos Brasileiros do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Leiden, único centro difusor da língua e cultura brasileiras no mundo acadêmico neerlandês. Ilustrativo da importância conferida por Leiden ao estudo do Brasil é o Núcleo de Estudos Brasileiros Rui Barbosa, inaugurado em 9 de fevereiro de 1998 pelo então Vice-Presidente Marco Maciel, por ocasião do 423º aniversário da instituição. Desde então, o Setor Cultural vem-se dedicando, ao lado da Universidade, ao desenvolvimento das atividades do Núcleo. O montante recebido anualmente do Governo brasileiro (US\$ 7,500), juntamente com contribuições de algumas empresas, como a Cutral (sucos), Samarco (minérios), ING Bank e ABN-AMRO, têm viabilizado seu funcionamento.

Comércio bilateral

O fator de maior relevo nas relações Brasil-Países Baixos é o econômico-comercial. Esta vertente exhibe, em primeiro lugar, expressivo comércio bilateral, com exportações brasileiras superiores a 5 bilhões de dólares nos últimos anos e importações pelo Brasil de produtos neerlandeses pouco superior a 500 milhões de dólares. Embora a composição da pauta exportadora brasileira indique que quase 80% da mesma são commodities agrícolas e minerais, há indicações de aumento significativos nas exportações de produtos não-tradicionais, como álcool etílico, suco de laranja, carne de frango, carne bovina, flores e frutas. Por outro lado, os Países Baixos, sobretudo através do porto de Roterdã e do aeroporto de Amsterdã, são porta de entrada, processamento e distribuição de produtos para grande parte da Europa e, mesmo, para alguns destinos não-europeus, razão pela qual um número já significativo de empresas brasileiras dispõem de escritórios ou instalações em Roterdã ou em locais próximos, para aproveitar as oportunidades comerciais facilitadas por esta localização.

Os Países Baixos ocupam a 2ª posição em termos de estoque de investimentos diretos no Brasil, com montante total, até 2006, de aproximadamente US\$ 32 bilhões. O comércio bilateral —tradicionalmente superavitário para o

Brasil— tem se caracterizado por uma pauta de exportações e importações variada. A corrente comercial bilateral foi de aproximadamente US\$ 6,5 bilhões em 2006:

- Exportações: US\$ 5.748.569.555
- Importações: US\$ 785.921.805
- Saldo: US\$ 4.962.647.750
- Pauta de exportações: grãos de soja, plataformas de perfuração/exploração, bagaços e outros resíduos sólidos.
- Pauta de importações: óleo diesel, nitrato de amônio, frações do sangue.

DE-I, em 17/10/2007

Aviso nº 1,105 - C. Civil.

Em 13 de novembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o nome do Senhor JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....
Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.
.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 21/11/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:16887/2007)